



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL PILAR

**LICENÇA AMBIENTAL Nº 006/2016**

**LICENÇA DE INSTALAÇÃO ALTERAÇÃO.**

O Município de Coronel Pilar, pessoa jurídica de direito público com CNPJ nº: 04.215.013/0001-39, situado na Avenida 25 de Julho, 538, Centro, no uso de suas atribuições que lhe conferem a lei que institui o Código Municipal de Meio Ambiente, a Resolução Consema 288/2014, expede a presente Licença Ambiental, com base no Projeto e Posicionamento Técnico elaborado pelo profissional Valmor Raffaeli - ART/ 7945400 CREA: 100476 RS ao Protocolo Municipal nº 075\2016, que autoriza:

**EMPREENDEDOR:** *PAULO VINICIOS ARAUJO DA SILVA E ELIANDRA REGINA MODINGER E DIONO WAGNER DA SILVA.*

**CPF:** *407.286.330-00 E 532.839.880-72 E 008.493.340-20*

**ENDEREÇO:** *LINHA BARRÃO DE COTEGIPE S/N*

**MUNICIPIO:** *CORONEL PILAR - RS*

**CEP:** *95726-000*

**PARA A ATIVIDADE DE:** *AVICULTURA DE CORTE COM CAPACIDADE DE 180.000 AVES  
COORDENADAS GEOGRÁFICAS: 29.239772''; 51.739601''.*

**Localizada:** *– LINHA BARÃO DE COTEGIPE S/N CORONEL PILAR-RS.*

Com as condições e restrições:

**- Quanto a localização e características das construções:**

A cada remoção do “lote” deverá ser feita uma vistoria no galpão, verificado se não há afundamentos ou rachaduras que possibilitam infiltrações para o lençol freático;

As paredes laterais dos galpões devem ser construídas de modo a evitar o vazamento de resíduos para a parte externa;

As águas de escoamento superficiais deverão ser conduzidas por sistema de drenagem de modo a evitar o arraste de dejetos do galpão;

Deverá utilizar a composteira para destino dos animais mortos, **no conforme normas ambientais e sanitárias vigentes;**

**- Quanto ao manejo dos resíduos:**

Os resíduos não estabilizados (“In Natura”) deverão ser compostados, antes do uso agrícola, por um período mínimo de 90 dias;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL PILAR

Utilizar procedimentos que evitem a propagação de odores, dispersão de poeiras e proliferação de vetores;

Não poderão ser lançados resíduos em nenhum corpo hídrico superficial ou subterrâneo;

Os animais mortos deverão ser destinados à compostagem, por um período mínimo de 120 dias, aonde deverão ser misturadas em camadas sucessivas de cama velha, maravalha nova, animais mortos, cama velha e maravalha nova. **Estas composteiras deverão ser mantidas em condição aeróbica.**

**- Quanto às características da área de aplicação:**

Deverão ser utilizados solos com uma boa drenagem interna, não sujeitos a inundações periódicas;

O lençol freático deverá estar a pelo menos 1,5 metros da superfície do solo, na situação crítica de maior precipitação pluviométrica;

Não poderão ser lançados resíduos em qualquer corpo hídrico, mesmo que intermitente;

Deverão ser adotadas práticas adequadas de controle da erosão, de acordo com orientação técnica;

As áreas agrícolas receptoras dos dejetos devem situar-se a uma distância mínima de 50 metros dos corpos hídricos naturais, mesmo que intermitentes, das habitações vizinhas das margens das estradas.

**- Quanto às condições da propriedade:**

Conservar as formações vegetais, em torno dos cursos de água, numa distância de no mínimo 50 metros das nascentes, nas áreas com declividade igual ou superior a 45°, topos de morros e outras restrições dos Códigos Florestais Federal, Estadual e Resolução nº 303/02 – CONAMA;

Deverá ser observada a legislação referente ao manejo da mata nativa, e em caso de supressão de parte da mesma, deverá ser atendido o Decreto Estadual nº 38.355, de 01/04/98, com referência à apresentação da “Licença Prévia de Exame de Avaliação de Área Florestal”, emitida pelo Departamento de Florestas e Áreas Protegidas – DEFAP;

Deverá adotar medidas técnicas para manter o controle de moscas e de outros vetores, no entorno e no interior das instalações;

Proibir a caça da fauna nativa com exceção das espécies permitidas, nos locais regulamentados e nas épocas autorizadas;

A utilização de agrotóxicos e/ou medicamentos na propriedade deverá ser conforme prescreve o Receituário Agrônomo e/ou Receituário Veterinário;

Não deverá ocorrer queima de resíduos, embalagens de agrotóxicos e/ou produtos veterinários conforme Lei Estadual nº 9921/93, art. 11. As embalagens de agrotóxicos deverão ser destinadas aos geradores do produto conforme artigo 6 parágrafo 5 da Lei 7802/89 alterada pela lei 9974/2000;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL PILAR

Armazenar sempre a medicação e local fresco, limpo, seco e ao abrigo da luz e separada de agrotóxico e de outros produtos não medicamentosos, principalmente aqueles com o conteúdo sob pressão;

Deverá apresentar relatório, incluindo fotos, da implantação da composteira para destino dos animais mortos, no prazo de 90 dias,

O responsável pela assistência técnica do manejo da atividade em questão (podendo ser ART múltipla com outros produtores da região) é o Técnico (a) **Engenheiro Agrônomo Valmor Raffaeli**  
**ART: 7945400 CREA: 100476 RS.**

Com vistas a concessão da renovação desta Licença, o empreendedor deverá apresentar:

- Requerimento solicitando a Licença;
- Formulário de Licenciamento Ambiental com base no formulário FEPAM, devidamente preenchido;
- Cópia desta licença;
- Projeto das construções e dos sistemas de manejo dos resíduos e animais mortos atendendo todas as exigências desta licença;
- Anotação de responsabilidade técnica (ART) pelas informações técnicas, projeto de construções e projeto do sistema de coleta, transporte, tratamento e destinação dos resíduos gerados;
- Comprovante dos custos de licenciamento ambiental.

**Esta licença é válida pelo período de dois ( 2 ) anos a contar da data de expedição deste documento. Porém, caso algum prazo estabelecido nesta licença for descumprido, automaticamente esta perderá sua validade. Este documento também perderá a validade caso os dados fornecidos pelo empreendedor não correspondam à realidade.**

A presente licença não dispensa nem substitui quaisquer alvarás ou certidões de qualquer natureza exigidos pela legislação Federal, Estadual ou Municipal.

**Esta licença deverá estar disponível no local na atividade licenciada para efeito de fiscalização.**

**Coronel Pilar/RS, 01 de MARÇO de 2016.**

Lourenço Delai  
Prefeito Municipal

Rogério Migotto  
Responsável pelo licenciamento  
CREA: 114.112-D